IPPOLITO
ADVOGADOS

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – OUTUBRO 2026

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO 2
LEGISLAÇÃO 2
JURISPRUDÊNCIA 4
ICMS 5
LEGISLAÇÃO 5
JURISPRUDÊNCIA 6
ISS 7
LEGISLAÇÃO 7
IR E CSLL 8
JURISPRUDÊNCIA 8
PIS E COFINS 11
JURISPRUDÊNCIA 11
DIVERSOS 13
LEGISLAÇÃO 13
JURISPRUDÊNCIA 13

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

LEGISLAÇÃO

1. APROVAÇÃO DA METODOLOGIA DE CÁLCULO DA CARGA TRIBUTÁRIA PARA A FIXAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS INCIDENTES SOBRE OS COMBUSTÍVEIS SUJEITOS AO REGIME ESPECÍFICO
   - **Portaria Conjunta MF/CGIBS nº 14, de 02 de outubro de 2026 (DOU 05.10.26)**

2. CBS – DIVULGAÇÃO DAS ALÍQUOTAS INCIDENTES SOBRE OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS
   - **Portaria MF nº 3.074, de 9 de outubro de 2026 (DOU 09.10.26)**

3. DERE – APROVAÇÃO DE PACOTE DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – RATIFICAÇÃO DA NOTA ORIENTATIVA DERE Nº 2026.001
   - **Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS/Diretoria-Executiva nº 6, de 28 de setembro de 2026 (DOU 01.10.26)**

4. DF-E – APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE DIVERSOS DOCUMENTOS FISCAIS
   - **Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS/Diretoria-Executiva nº 7, de 28 de setembro de 2026 (DOU 01.10.26)**
   - **Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS/Diretoria-Executiva nº 8, de 29 de setembro de 2026 (DOU 01.10.26)**

5. DF-E – APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE DIVERSOS DOCUMENTOS FISCAIS
   - **Ato Técnico Conjunto RFB/SUFIS/CGIBS/Diretoria Executiva nº 10, de 28 de outubro de 2026 (DOU 29.10.26)**

6. NF-E E NFC-E – ELIMINAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO ASSÍNCRONA E DOS SERVIÇOS DE INUTILIZAÇÃO
   - **Publicação da Nota Técnica 2023.002 Versão 1.02 em 27 de outubro de 2026**

7. NF-E E NFC-E – ADEQUAÇÃO DOS LEIAUTES PARA INCLUSÃO DE CAMPOS E REGRAS DE VALIDAÇÃO REFERENTES À REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO
   - **Publicação da Nota Técnica 2025.002 Versão 1.53 em 30 de outubro de 2026**

8. NF-E E NFC-E - EMISSÃO POR CONTRIBUINTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL – ATUALIZAÇÕES

- **Publicação da Nota Técnica 2026.005 Versão 1.00 em 30 de outubro de 2026**

9. NF-e e NFC-e – Vinculação entre a DF-e e a Transação Financeira Sujeita ao Split Payment
- **Publicação da Nota Técnica 2026.006 Versão 1.01 em 30 de outubro de 2026**

10. NF-e e NFC-e - Emissão por Contribuinte Exclusivo do IBS e da CBS – Alterações em Regras de Validação
- **Publicação da Nota Técnica 2026.007 Versão 1.11 em 30 de outubro de 2026**

11. NF-e e NFC-e – Valor Líquido do Produto - Criação de Campos
- **Publicação da Nota Técnica 2026.008 Versão 1.01 em 30 de outubro de 2026**

12. NF-e – Adequações do DANFE à Reforma Tributária do Consumo
- **Publicação da Nota Técnica 2026.010 Versão 1.00 em 1 de outubro de 2026**

13. NF-e e NFC-e – Diversas Notas Técnicas – Postergação da Implantação em Produção para 16.11.2026
- **Publicação de comunicado em 27 de outubro de 2026**

14. NF-e ABI – Ajustes no Leiaute e nas Regras de Validação
- **Publicação da Nota Técnica 2026.001 Versão 1.00 em 30 de outubro de 2026**

15. NF-e ABI -Tabela de Códigos Versão 1.01
- **Publicação do Informe Técnico 2026.003 V 1.00 do em 30 de outubro de 2026**

16. CT-e – Adequação de Leiaute para Inclusão de Campos Referentes à Reforma Tributária do Consumo
- **Publicação da Nota Técnica 2026.004 Versão 1.00 em 1 de outubro de 2026**
- **Publicação da Nota Técnica 2026.004 Versão 1.01 em 30 de outubro de 2026**

17. CT-e - Emissão por Contribuinte Optante Pelo Simples Nacional – Adequações no Leiaute

- **Publicação da Nota Técnica 2026.005 Versão 1.00 em 30 de outubro de 2026**

18. CT-e – Nota Técnica 2026.004 Versão 1.00 – Postergação da Implantação em Produção para 14.12.2026
- **Publicação de comunicado em 27 de outubro de 2026**

19. DF-e Diversos – Tabela de Código de Classificação Tributária, Indicação de CST, Classificação do crédito Presumido do IBS e da CBS
- **Publicação do Informe Técnico 2025.002 Versão 1.71 em 30 de outubro de 2026**

20. NFS-e – Correlação entre Item de Serviço, NBS, cClassTrib e cIndOp – Atualização do Anexo do Anexo VIII
- **Publicação da Versão 1.02.00 em 26 de outubro de 2026**

21. NFS-e – Orientações sobre Leiaute em Vigor no Ambiente Oficial, e Regras de Validação para os Novos Tributos, e Status da NT 009
- **Publicação de orientações em 29 de outubro de 2026**

22. NFS-e – Optantes do Simples Nacional - Obrigatoriedade de Utilização do Emissor Nacional a Partir de 1º.11.2026 – Diretrizes
- **Publicação de diretrizes em 29 de outubro de 2026**

JURISPRUDÊNCIA

23. Exclusão do IBS e da CBS da Base de Cálculo do ICMS – Inadmissibilidade de Tributação Cumulativa em Cascata – Incompatibilidade com a Técnica do Cálculo "Por Fora", com a Constituição Federal e com a Lei Complementar nº 214/2025 – Impossibilidade de Agravamento da Carga Tributária por Meio de Consultas Fazendárias – Aplicação da Tese do Século do STF
- **Precedente da Justiça Estadual de São Paulo (Processo nº 1005586-56.2026.8.26.0562)**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. SP E PR - AUTORIZAÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO RELACIONADO A FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 30 DE ABRIL DE 2026
   - **Convênio ICMS nº 119, de 13 de outubro de 2026 (DOU 14.10.26)**
   - **Convênio ICMS nº 123, de 23 de outubro de 2026 (DOU 26.10.26)**

2. PE – AUTORIZAÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELACIONADOS A FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 30 DE JUNHO DE 2026
   - **Convênio ICMS nº 121, de 13 de outubro de 2026 (DOU 14.10.26)**

3. MG – AUTORIZAÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO DE PLANO DE REGULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELACIONADOS A FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 30 DE JUNHO DE 2026
   - **Convênio ICMS nº 124, de 23 de outubro de 2026 (DOU 26.10.26)**

4. PRORROGAÇÃO DE CONVÊNIOS ICMS QUE DISPÕEM SOBRE BENEFÍCIOS FISCAIS
   - **Convênio ICMS nº 131, de 27 de outubro de 2026 (DOU 29.10.26)**

5. AL – ENTRADA INTERESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA ADQUIRIDA POR MEIO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA FIRMADO NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL) – REVOGAÇÃO DA EXCEÇÃO AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – POSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA RETENÇÃO E PELO RECOLHIMENTO DO ICMS AO GERADOR, DISTRIBUIDOR OU COMERCIALIZADOR ESTABELECIDO EM OUTRA UNIDADE FEDERADA
   - **Decreto nº 113.382, de 28 de outubro de 2026 (DOE-AL 29.10.26)**

6. GO – AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA NEGOCIE JÁ II – QUITAÇÃO DE DÉBITO RELACIONADO AO IMPOSTO CUJO FATO GERADOR OU A PRÁTICA DE INFRAÇÃO TENHA OCORRIDO ATÉ 30 DE ABRIL DE 2026
   - **Instrução Normativa GSE nº 1.650, de 23 de outubro de 2026 (DOE-GO 23.10.26)**

7. RS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – EXCLUSÃO DO REGIME - DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS PARA O INVENTÁRIO E APURAÇÃO DO IMPOSTO REFERENTE AO ESTOQUE DE MERCADORIAS
   - **Instrução Normativa RE nº 85, de 7 de outubro de 2026 (DOE-RS 09.10.26)**

8. SP – Substituição Tributária – Operações com Produtos Alimentícios, Materiais de Construção, Produtos Eletrônicos, Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos – Exclusão do Regime – Efeitos a Partir de 1º.1.2027

- **Portaria SRE nº 52, de 28 de outubro 2026 (DOE-SP 29.10.26)**

9. NF-e e NFC-e – Operações de Vendas Presenciais e Não Presenciais com Impressão do DANFE Simplificado Tipo 2

- **Publicação da Nota Técnica 2026.002 Versão 1.11 em 1 de outubro de 2026**

JURISPRUDÊNCIA

10. Exclusão da Base de Cálculo do IBS e da CBS - Possibilidade

- **Precedente da Justiça de São Paulo (Processo nº 1024630-18.2026.8.13.0079)**

11. NF-e – Adaptação das Informações Relativas ao IBS e a CBS em Procedimentos já Existentes no Âmbito do ICMS – Observância do Ajuste SINIEF nº 49/2025 a Partir de 1º.1.2027

- **Resposta à Consulta Tributária nº 33.645/2026, de 15 de abril de 2026 (DE-SP 07.10.26)**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. SÃO PAULO/SP - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO
   - **Decreto nº 65.599, de 1 de outubro de 2026 (DOM-SP 02.10.26)**

2. SÃO PAULO/SP – PROGRAMA "NOTA FISCAL PAULISTANA" – HIPÓTESES EM QUE NÃO HAVERÁ A GERAÇÃO DE CRÉDITOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO REGULAMENTO DO ISS
   - **Decreto nº 65.628, de 19 de outubro de 2026 (DOM-SP 20.10.26)**

3. SÃO PAULO/SP – DISPOSIÇÕES ACERCA DE PENDÊNCIAS IMPEDITIVAS AO INGRESSO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL
   - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 10, de 16 de outubro de 2026 (DOM-SP 19.10.26)**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. LUCRO PRESUMIDO – CESSÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA – PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DE 32%
   - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.212.795/SC)**

2. CSLL – EXCLUSÃO DE CONTRAPARTIDA POSITIVA DECORRENTE DE AMORTIZAÇÃO DE DESÁGIO – POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO
   - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.250.292/SP)**

3. IRRF SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS ACIMA DE R$50.000,00 – INCOMPATIBILIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA
   - **Precedente da Justiça Federal do Distrito Federal (Processo nº 5026333-41.2026. 4.04.0000)**

4. LUCRO PRESUMIDO – ADICIONAL DE 10% - ILEGITIMIDADE
   - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo (Processo nº 5004598-12.2026.4.03.6100)**

5. MULTAS ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS PELA CCEE E ANEEL - INDEDUTIBILIDADE
   - **Precedente da Justiça Federal do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10380.730045/2016-12)**

6. REMESSAS AO EXTERIOR A TÍTULO DE *ROYALTIES* – LICENÇA DE COMERCIALIZAÇÃO DE *SOFTWARES* – POSSIBILIDADE DE BENEFICIÁRIA PESSOA JURÍDICA FIGURAR COMO TITULAR DE DIREITO AUTORAL – PREVALÊNCIA DA LEI DO SOFTWARE SOBRE A LEI DE DIREITOS AUTORAIS – CRITÉRIO DA ESPECIALIDADE – DEDUTIBILIDADE
   - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processo nº 15746.721788/2021-88)**

7. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL MEDIANTE CONFERÊNCIA DE BENS OU DIREITOS - INEXISTÊNCIA DE ALIENAÇÃO, DE CONTRAPRESTAÇÃO E DE DISPONIBILIDADE JURÍDICA OU ECONÔMICA – IMPOSSIBILIDADE DE TRIBUTAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POTENCIAIS OU NÃO REALIZADAS – SOMENTE HAVERÁ APURAÇÃO DE GANHO NO MOMENTO DA EFETIVA REALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 11080.735477/2012-25)**

8. INCENTIVO FISCAL DA LEI DO BEM – INSUFICIÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE PARECER TÉCNICO EMITIDO PELO MINISTÉRIO – EXIGÊNCIA DE

ESCRITURAÇÃO DOS DISPÊNDIOS EM CONTAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS E DOCUMENTAÇÃO HÁBIL E IDÔNEA QUE COMPROVE O EFETIVO DESEMBOLSO DOS VALORES E SUA VINCULAÇÃO DIRETA AOS PROJETOS DE P&D

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10865.909280/2018-34)**

9. GANHO DE CAPITAL – IMÓVEL RURAL – INEXISTÊNCIA DE DIAT OU VENDA ANTES DE SUA APRESENTAÇÃO – UTILIZAÇÃO DOS VALORES DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO CONSTANTES DOS DOCUMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VTN DO EXERCÍCIO ANTERIOR

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 15940.720077/2013-80)**

10. GANHO DE CAPITAL – CESSIONÁRIO DE PRECATÓRIOS – OCORRÊNCIA NO MOMENTO DO EFETIVO RECEBIMENTO E NÃO NA DATA DA AQUISIÇÃO DO CRÉDITO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 13047.720043/2013-43)**

11. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO – EXCLUSÃO DO LUCRO REAL – RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS CONSTITUÍDA DE FORMA EXTEMPORÂNEA – IMPOSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10950.906635/2020-99)**

12. SALDO NEGATIVO – ESTIMATIVAS DEPOSITADAS JUDICIALMENTE – APROVEITAMENTO APENAS QUANDO DA CONVERSÃO EM RENDA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10880.925993/2014-23)**

13. SUBVENÇÕES RELACIONADAS A INCENTIVOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CONCEDIDAS COM BASE NAS LEIS Nº 10.973/04 E Nº 11.196/05 – INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 14.789/23 – NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta COSIT nº 196, de 08 de outubro de 2026 (DOU 19.10.26)**

14. SUDAM E SUDENE – REINVESTIMENTO DE 30% DO IRPJ DEVIDO – EXCLUSÃO DO ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA NA DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO INCENTIVO

- **Solução de Consulta COSIT nº 198, de 13 de outubro de 2026 (DOU 14.10.26)**

15. IRPF – PENSÃO ALIMENTÍCIA PAGA EM RAZÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL – DEDUTIBILIDADE

- **Solução de Consulta COSIT nº 203, de 19 de outubro de 2026 (DOU 20.10.26)**

16. VEDAÇÃO DA DEDUÇÃO DE DESPESAS COM *ROYALTIES* – PAGAMENTO A BENEFICIÁRIO QUE INTEGRA O QUADRO SOCIETÁRIO DA REMETENTE – INAPLICABILIDADE A CASOS EM QUE HAJA SÓCIOS PESSOAS FÍSICAS EM COMUM – REVOGAÇÃO DA BASE LEGAL DA VEDAÇÃO – EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE, USUALIDADE E NORMALIDADE DA DESPESA E DE NÃO CONFIGURAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DISFARÇADA DE LUCROS

- **Solução de Consulta COSIT nº 208, de 22 de outubro de 2026 (DOU 29.10.2026)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. ISS – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES
   - **Precedente do Supremo Tribunal Federal (Tema 118)**

2. BENEFÍCIO FISCAL - CRÉDITOS PRESUMIDOS DE ICMS – NÃO INCLUSÃO NAS BASES DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES
   - **Precedente do Supremo Tribunal Federal (Tema 843)**

3. ICMS SOBRE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
   - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (Tema 1.364)**

4. JCP RECEBIDOS – NECESSIDADE DE INCLUSÃO À BASE DE CÁLCULO TAMBÉM NO REGIME CUMULATIVO
   - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.223.576/RJ)**

5. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES CALCULADAS NO REGIME DE ALÍQUOTA POR VOLUME – IMPOSSIBILIDADE
   - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (AREsp 2.683.537/MS)**

6. DESPESAS COM CALL CENTER – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 17227.721177/2022-13)**

7. ROYALTIES A BENEFICIÁRIO NO EXTERIOR – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO QUANDO NÃO PAGAS AS CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 15746.721099/2024-16)**

8. CUSTOS COM DIREITOS AUTORAIS – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 15746.720431/2022-63)**

9. DESPESAS COM IPTU, TAXAS CONDOMINIAIS E OUTROS DISPÊNDIOS ESTABELECIDOS NO CONTRATO DE LOCAÇÃO DETERMINANTES PARA A SUA MANUTENÇÃO – INTEGRAÇÃO AO CUSTO DE LOCAÇÃO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DO PIS E DA COFINS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 11000.724636/2021-08)**

10. DESPESAS COM IPTU, TAXAS CONDOMINIAIS E OUTROS DISPÊNDIOS ESTABELECIDOS NO CONTRATO DE LOCAÇÃO – INTEGRAÇÃO AO CUSTO DE LOCAÇÃO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DO PIS E DA COFINS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 10314.720390/2020-18)**

11. DESPESAS COM ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS E GASTOS CORRELATOS – INCABÍVEL A ANÁLISE DE ESSENCIALIDADE E RELEVÂNCIA RELATIVA ÀS DESPESAS COM INSUMO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DO PIS E DA COFINS EM RAZÃO DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 11000.724636/2021-08)**

12. DESPESAS COM ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS PARA REVENDA SUJEITAS AO REGIME MONOFÁSICO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DO PIS E DA COFINS EM RAZÃO DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 11020.915812/2019-58)**

13. ENERGIA ELÉTRICA – FATURA EMITIDA EM NOME DE TERCEIROS – COMPROVAÇÃO DO EFETIVO CONSUMO – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 19515.721083/2014-14)**

14. SUBVENÇÕES RELACIONADAS A INCENTIVOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CONCEDIDAS COM BASE NAS LEIS Nº 10.973/04 E Nº 11.196/05 – INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 14.789/23 – NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta COSIT nº 196, de 08 de outubro de 2026 (DOU 14.10.26)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. SÃO PAULO/SP - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO
    - **Decreto nº 65.599, de 1 de outubro de 2026 (DOM-SP 02.10.26)**

JURISPRUDÊNCIA

2. EMPRESA COM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - MULTA POR DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO
    - **Precedente do Supremo Tribunal Federal (ADI 5161)**

3. IMUNIDADE DO ITBI – TRANSMISSÃO DE BENS OU DIREITOS INCORPORADOS À PESSOA JURÍDICA EM REALIZAÇÃO DE CAPITAL – INDEPENDE DA ATIVIDADE EXERCIDA (INCLUSIVE A ATIVIDADE IMOBILIÁRIA) – LIMITADA AO VALOR DO CAPITAL SOCIAL A SER INTEGRALIZADO
    - **Tema 1.348 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal (RE 1.495.108/SP)**

4. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – NÃO INCIDÊNCIA SOBRE GANHOS COM *STOCK OPTIONS*
    - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (Tema 1.379 - REsp 2.199.631/SP e 2.070.059/SP)**

5. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL - DESPACHO DENEGATÓRIO SEM FUNDAMENTAÇÃO - NULIDADE
    - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.186.258/RS)**

6. IPTU – IMÓVEL EM ÁREA DE RESTRIÇÃO AMBIENTAL – ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA
    - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça (REsp 2.287.456/SP)**

7. TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA – DESCUMPRIMENTO – PEDIDO DE FALÊNCIA – POSSIBILIDADE
    - **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo (Processo nº 2087716-26.2026.8.26.0000)**

8. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DAS FALTAS INJUSTIFICADAS NO CURSO DO PERÍODO DE AVISO PRÉVIO – POSSIBILIDADE
    - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Processo nº 5037099-53.2025.4.03.6100)**

9. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – *HIRING BONUS* – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Processo nº 16327.720188/2019-81)**

10. ECF – MULTA POR NÃO APRESENTAÇÃO DE PARECER DE AUDITORES E NOTAS EXPLICATIVAS - CANCELAMENTO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Processo nº 11000.737537/2025-10)**